



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO**

**MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DO OBJETO**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA O PROGRAMA DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES NO ÂMBITO DA CIRCUNSCRIÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO. (CATSER: 15156)

**2. DA JUSTIFICATIVA**

O TRE/ES já possui contrato com agente de integração para desenvolver o programa de estágio dessa Justiça Eleitoral. O motivo de nova contratação decorre da previsão de término do atual contrato em 30/06/2021 e com o desinteresse da atual CONTRATADA em renovar o vínculo de prestação de serviços. Além disso, esse tipo de programa visa desenvolver as habilidades técnicas adquiridas pelos estudantes em sala de aula, colocando em prática os conhecimentos estudados durante o curso além de ser uma ótima oportunidade para a Justiça Eleitoral se aproximar junto à sociedade capixaba, mostrando e ensinando a importância de valores institucionais, tais como: coerência, compromisso, respeito, honestidade, integração, celeridade, modernidade, acessibilidade, transparência, responsabilidade social e ambiental, imparcialidade, ética e probidade. Por fim, justifica-se, ainda, para manter a execução do programa de estágio com a excelência habitual deste Egrégio, necessitando, para tanto, a contratação de uma empresa especializada na prestação deste serviço, ou seja, um agente de integração entre o estudante e o Tribunal, haja vista que a grande demanda de serviço requerida pelo programa em tela não seria suportado pelos servidores da unidade que trata do estágio de estudantes, e a empresa pretendida dispõe de toda a infraestrutura logística, de pessoal e de informática necessária para a realização do programa de estágio, na forma desejada.

**3. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

A contratação de empresa de prestação de serviço de Agente de Integração para atuar em conjunto com o Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo e Instituições de Ensino Superior e de Ensino Médio, para intermediar o recrutamento, a seleção, o encaminhamento e o acompanhamento de estudantes para preenchimento de oportunidades de estágio do Programa de Estágio de Estudantes do TRE-ES, com abrangência em todo o Estado do Espírito Santo, em conformidade com as disposições da Lei n. 11.788/2008 e da Resolução do TRE-ES n. 94/2014, e alterações posteriores.

**4. QUANTIDADE ESTIMADA**

4.1 A Quantidade total de estagiários que poderão ser contratados será estabelecida em Portaria da Diretoria-Geral do TRE/ES, não podendo exceder a 90 vagas, desde que haja interesse, possibilidade e conveniência do TRE/ES.

4.1.1 Atualmente existem 57 vagas criadas e desse total apenas 43 estão ocupadas;

Localidade	Unidade (nº de vagas)	Total de Vagas
Vitória	<b>Sede do TRE:</b> Assessoria Jurídica/PRE (01 vaga); CRE (01 vaga); Comunicação/APECI (01 vaga); COF/SAO (02 vagas); COMAP/SAO (02 vagas); GABSAO (01 vaga); SC/SAO (01 vaga); GABSGP (01 vaga) <b>Anexo do TRE:</b> Ouvidoria/APECI (01 vaga); CAD/STI (02 vagas); CSE/STI (01 vaga); SGD/CODES (02 vagas); STC/CODES (01 vaga); S.Arquivo/SAO (01 vaga); COJUR/SJ (04 vagas); GABMEMBROS (05 vagas). <b>Zonas Eleitorais:</b> 01ª ZE (02 vagas); 52ª ZE (02 vagas)	30 vagas
Vila Velha	<b>Zonas Eleitorais:</b> 32ª ZE (02 vagas); 55ª ZE (02 vagas); 57ª ZE (02 vagas)	06 vagas
Serra	<b>Zonas Eleitorais:</b> 26ª ZE (02 vagas); 53ª ZE (02 vagas); 59ª ZE (02 vagas)	06 vagas
Cariacica	<b>Zonas Eleitorais:</b> 34ª ZE (02 vagas); 54ª ZE (02 vagas)	04 vagas
Viana	47ª ZE (02 vagas)	02 vagas
Santa Leopoldina	09ª ZE (01 vaga)	01 vaga
Castelo	03ª ZE (01 vaga)	01 vaga
Cachoeiro de Itapemirim	<b>Zonas Eleitorais:</b> 02ª ZE (02 vagas); 48ª ZE (01 vaga)	03 vagas
Aracruz	20ª ZE (01 vaga)	01 vaga
Ibiraçu	14ª ZE (01 vaga)	01 vaga
Itaguaçu	16ª ZE (01 vaga)	01 vaga
Iúna	18ª ZE (01 vaga)	01 vaga
<b>TOTAL:</b>		<b>57 VAGAS</b>

4.2 As vagas de estágio atualmente criadas estão distribuídas nos seguintes municípios, podendo ser criadas futuramente vagas em outros municípios do Espírito Santo:

Vitória – 30 vagas, sendo 04 vagas em Cartórios Eleitorais e 26 vagas na SEDE do TRE-ES;

Vila Velha – 06 vagas em Cartórios Eleitorais;

Serra – 06 vagas em Cartórios Eleitorais;

Cariacica – 04 vagas em Cartórios Eleitorais;

Viana – 02 vagas em Cartório Eleitoral;

Cachoeiro de Itapemirim – 03 vagas em Cartórios Eleitorais;

Castelo – 01 vaga em Cartório Eleitoral;

Iúna – 01 vaga em Cartório Eleitoral;

Aracruz – 01 vaga em Cartório Eleitoral;

Ibiraçu – 01 vaga em Cartório Eleitoral;

Itaguaçu – 01 vaga em Cartório Eleitoral;

Santa Leopoldina – 01 vaga em Cartório Eleitoral.

4.3 O TRE-ES está vivenciando um momento de restrição orçamentária, o que poderá implicar em redução do número de vagas de estágio.

4.4 A contratação estimada não constitui obrigação futura da Administração.

## **5. DOS PROCEDIMENTOS QUANTO À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

5.1 Deverá haver a migração dos estagiários contratados pelo atual agente de integração para o licitante vencedor. A quantidade de vagas de estágio preenchida provavelmente deverá ser equivalente àquelas vagas permanentes já existentes no programa de estágio do TRE/ES, e esse número poderá crescer gradativamente, ou ser reduzido, de acordo com a necessidade do TRE/ES e da disponibilidade orçamentária para custear as despesas decorrentes do estágio.

5.2 No caso de implantação de programa de estágio de nível médio, o quantitativo de estagiários de ensino médio não profissionalizante não poderá exceder a 20% (vinte por cento) do quantitativo de cargos efetivos do Quadro de Pessoal da Justiça Eleitoral do Espírito Santo.

5.3 Fica assegurado às pessoas portadoras de deficiência o percentual de 10% (dez por cento) do total de vagas oferecidas pelo Tribunal, e às pessoas que se autodeclararem de cor preta ou parda o percentual de 30% do total das vagas oferecidas pelo Tribunal.

5.4 A CONTRATADA deverá prestar os serviços contratados em todas as Microrregiões do Estado do Espírito Santo, estabelecidas na Lei nº 9.768/2011, Anexo Único, do Governo de Estado do Espírito Santo, publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) de 28/12/2011, e disponibilizada no endereço eletrônico <http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LO9768.html>.

5.4.1 Poderão ser criadas vagas de estágio em qualquer município do Espírito Santo, atualmente existem vagas de estágio de estudantes nos seguintes municípios: Aracruz, Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Castelo, Ibiraçu, Itaguaçu, Iúna, Santa Leopoldina, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória.

**5.5 A CONTRATADA deverá fornecer empresa de seguros contra acidentes pessoais coletivos para segurar e manter segurados os estagiários do TRE/ES, com cobertura de 24 horas/dia e 07 dias/semana sobre todo período de estágio.**

5.5.1 O seguro deverá ser contratado de maneira que a seguradora garanta o pagamento da indenização a cada segurado da seguinte forma:

a) Morte acidental – R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);

b) IPA – invalidez permanente por acidente – R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

5.5.2. A CONTRATADA será solidariamente responsável pelo pagamento de indenização de seguro nos casos previstos no item 5.5.1.

5.6 A comunicação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA deverá observar o seguinte:

a) Toda e qualquer documentação relativa à contratação deverá ser encaminhada à outra parte, prioritariamente, através de correio eletrônico.

a.1) A CONTRATANTE poderá, a seu critério, solicitar a apresentação de documento original ou cópia autenticada para verificação da autenticidade dos documentos enviados por correio eletrônico.

b) A comunicação será considerada recebida após a confirmação de entrega automática encaminhada via email, independentemente de confirmação de recebimento por parte da CONTRATADA, ficando sob sua responsabilidade a verificação da conta de e-mail.

c) As partes se obrigam a informar o endereço eletrônico de contato em até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do instrumento contratual, caso não tenha sido informado previamente.

## **6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

6.1 Possuir e manter posto de atendimento, funcionando em dias úteis e em horário comercial, para assessoramento técnico dos trabalhos de convocação, contratação e acompanhamento dos estagiários.

6.1.1 Em não havendo posto de atendimento na Região Metropolitana de Vitória, deverá a CONTRATADA disponibilizar e divulgar número de telefone para contato do TRE-ES, de estudantes e de terceiros, via 0800 (gratuito) ou via outro de linha cuja ligação seja cobrada ao custo de ligação local.

6.1.2 Independentemente da localização, a CONTRATADA deverá disponibilizar para conhecimento e contato, endereço eletrônico, sítio eletrônico e endereço para correspondências postais.

6.2. As modalidades de seleção dos candidatos ao estágio serão executadas preferencialmente de forma online, poderá ser executada de forma presencial, ou, ainda, utilizando técnicas das duas modalidades;

6.2.1 A CONTRATADA compromete-se a executar de forma satisfatória a realização de processo de seleção de estagiários, que poderá ser, preferencialmente, de forma online, também poderá ser de forma presencial, simultaneamente em pelo menos 03 (três) cidades, quando necessário, localizadas em regiões diferentes do Estado do Espírito Santo, ou, ainda, utilizando técnicas das duas modalidades. A aplicação das provas de seleção de forma presencial deverá ser feita sob fiscalização presencial por meio de equipe de profissionais fornecida pela CONTRATADA, enquanto a aplicação das provas de seleção de forma online, dadas suas características, dispensará a referida fiscalização presencial.

6.2.2 Caso seja eleita a modalidade online, a CONTRATADA deverá disponibilizar aos candidatos um portal eletrônico de acesso ao ambiente virtual, bem como outras ferramentas de comunicação por meio de vídeos chamadas para que seja possível a realização dos cadastros dos estudantes, testes e entrevistas.

6.3 A CONTRATADA deverá possuir e manter, devidamente atualizado, banco de dados dos estagiários aprovados em processo seletivo para o TRE-ES.

6.4 Cumprida à CONTRATADA celebrar convênio ou instrumento jurídico equivalente com instituições de educação superior, de educação profissional e de ensino médio no Espírito Santo e nas regiões limítrofes ao Estado, regulares com as obrigações fiscais e trabalhistas, e cujos cursos, objeto dos convênios, sejam reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC) de forma a viabilizar as contratações nos locais em que há vagas de estágio.

6.5 A seleção deverá observar os seguintes critérios objetivos:

- a) O estudante deverá ter idade mínima de 16 (dezesesseis) anos;
- b) O estudante não poderá pertencer a diretório de partido político ou exercer atividades político-partidárias e deverá estar quite com a Justiça Eleitoral.
- c) Prova objetiva de língua portuguesa e de informática, conforme definido pelo TRE/ES em Edital/Comunicado de Seleção específico, aplicada em etapa única, visando atender às necessidades da CONTRATANTE. Excepcionalmente, para determinadas unidades do TRE-ES, a prova poderá ser diferenciada, com a realização de outras avaliações, elaboradas por equipe de servidores da CONTRATANTE, constituindo-se em demais etapas do processo seletivo, que serão aplicadas aos candidatos aprovados na seleção feita pela CONTRATADA.

6.6 O processo seletivo que vai desde a divulgação do Edital de Abertura até o resultado final da prova a que se refere a alínea c, do item 6.5, realizar-se-á pelo menos uma vez ao ano ou quando se esgotarem os candidatos classificados disponíveis para contratação, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a partir da notificação formal, devendo ser feitas novas seleções para os municípios que não tiverem aprovados na seleção anterior, visando a criação de cadastro de reserva e o preenchimento de vagas. Se definida a seleção na modalidade presencial, as provas deverão ser aplicadas in loco. O referido Edital será elaborado conforme as orientações da CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA:

- i) Disponibilizar em sua página na internet a cópia do(s) edital (ais) de abertura do(s) processo(s) seletivo(s);
- ii) Confeccionar e distribuir, nas instituições de ensino, material de divulgação relativo à abertura do(s) processo(s) seletivo(s) para estagiários;
- iii) Divulgar aos estudantes cadastrados a abertura do(s) processo(s) seletivo(s) para estagiários;
- iv) Divulgar em jornal de grande circulação a abertura do(s) processo(s) seletivo(s);
- v) Efetuar, gratuitamente, as inscrições dos candidatos;
- vi) Disponibilizar central de atendimento aos candidatos, com equipe treinada, a fim de orientá-los em todas as etapas do(s) processo(s) seletivo(s), por meio de correspondência eletrônica, telefone, carta ou pessoalmente, sem qualquer ônus para os estudantes;
- vii) No caso de prova de seleção presencial, elaborar, confeccionar e aplicar, sob fiscalização presencial, provas aos estudantes de acordo com as determinações previstas em edital(is), observando todos os procedimentos necessários para garantir sigilo e segurança, desde a elaboração até a aplicação e correção

das provas, bem como imprimir todas as provas do(s) processo(s) seletivo(s), de acordo com o número de inscritos;

viii) No caso de prova de seleção 100% online, deverá elaborar e aplicar provas aos estudantes de acordo com as determinações previstas em edital(is), observando todos os procedimentos necessários para garantir sigilo e segurança, desde a elaboração até a aplicação e correção das provas;

ix) Responsabilizar-se por toda a infraestrutura necessária à realização do(s) processo(s) seletivo(s), inclusive salas para aplicação das provas presenciais e para apoio.

x) Manter, no(s) dia(s) de realização das provas presenciais, equipe de profissionais responsáveis pela recepção dos candidatos, distribuição e fiscalização da aplicação das provas, em ambiente com condições de salubridade e segurança.

xi) Realizar a correção das provas.

6.6.1 A comprovação de quebra de sigilo e segurança durante qualquer etapa do processo seletivo ocasionará a sua anulação e sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas neste instrumento.

6.6.2 Os resultados da seleção deverão ser divulgados no sítio da CONTRATADA na internet e serão acompanhados do gabarito preliminar e das provas aplicadas.

6.6.3 Após divulgar o gabarito preliminar, a CONTRATADA deverá, no prazo de 48 horas, receber, analisar e julgar eventuais impugnações e recursos de candidatos, de forma a lhes assegurar o direito de petição e de resposta.

6.6.3.1 As respostas aos recursos/impugnações deverão ser publicadas na página da CONTRATADA em 48 horas.

6.6.3.2 Caso decidido pela anulação de determinada questão, todos os candidatos receberão a pontuação relativa à questão anulada.

6.7 Após a análise e diligência de todos os recursos e/ou impugnações recebidos, deverá a CONTRATADA divulgar, em sua página na internet, o resultado do(s) processo(s) seletivo(s) por ordem de classificação.

6.7.1 As relações dos aprovados em ordem classificatória, conforme pontuação, e as dos não classificados deverão ser fornecidas ao TRE/ES, bem como o relatório final de cada processo seletivo, com todos os dados referentes à seleção, como: número de inscritos por curso, número de candidatos que realizaram as provas, número de candidatos ausentes, número de candidatos aprovados, número de candidatos reprovados e demais ocorrências dignas de registro.

6.7.2 A CONTRATADA deverá controlar/administrar as listas de candidatos aprovados, mantendo o registro atualizado dos contatos realizados com os estudantes, das convocações, das contratações e das desistências. Bem como disponibilizar ao TRE-ES, sempre que solicitado, o relatório de cada processo seletivo com validade vigente, com informações sobre a situação dos candidatos aprovados, dos contatos realizados, das convocações, das contratações, das desistências, etc.

6.8 A CONTRATADA deverá assegurar aos portadores de deficiência o percentual de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas pelo TRE-ES, e às pessoas que se autodeclararem de cor preta ou parda o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas pelo TRE-ES.

6.9 Ficará a cargo da CONTRATADA a elaboração e entrega do Termo de Compromisso de Estágio à CONTRATANTE, bem como encaminhar cópia dos documentos que respaldam a contratação, devendo para tanto:

a) Solicitar ao estudante toda documentação necessária, e conferi-la, que será pré-requisito para elaboração e emissão de Termo de Compromisso de Estágio, tais como: documento de identidade, CPF, comprovante de regularidade do CPF, histórico escolar, declaração de estar regularmente matriculado, declaração de não pertencer a Diretório de Partido Político ou exercer atividades partidárias, entre outros .

b) Emitir o Termo de Compromisso de Estágio a ser celebrado entre o educando ou seu representante/assistente legal, a instituição de ensino e a CONTRATANTE, no qual deverá constar pelo menos:

b.1) identificação do estagiário, do curso e o do seu nível;

b.2) qualificação das partes e respectivas assinaturas;

b.3) condições do estágio;

b.4) menção de que o estágio não acarretará vínculo empregatício;

b.5) valor do auxílio-financeiro (bolsa e auxílio-transporte);

b.6) carga horária diária, compatível com o horário escolar;

- b.7) redução da carga horária nos períodos de avaliação;
  - b.8) duração do estágio;
  - b.9) recesso remunerado;
  - b.10) obrigação do estagiário de apresentar relatórios das atividades desenvolvidas no estágio e avaliações de desempenho realizadas pelo supervisor;
  - b.11) condições de desligamento do estágio;
  - b.12) indicação precisa das atividades que serão desempenhadas pelo estagiário;
  - b.13) indicação precisa do supervisor de estágio designado pela CONTRATANTE, servidor de seu Quadro de Pessoal, a quem caberá avaliar o desempenho do estudante;
  - b.14) indicação do número da apólice de seguro contra acidentes pessoais.
- c) Conferir, no ato da emissão do Termo de Compromisso de Estágio, a situação escolar do estudante candidato ao estágio e demais condições exigidas para sua contratação.

6.10 A CONTRATADA deverá providenciar para preenchimento de cada vaga de estágio a entrega do Termo de Compromisso de Estágio a partir da notificação da CONTRATANTE.

6.10.1 Sendo verificada qualquer irregularidade no Termo de Compromisso encaminhado, no momento da assinatura por parte da CONTRATANTE, a CONTRATADA terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para promover a devida regularização.

6.11 A CONTRATADA deverá prestar orientação atitudinal e comportamental aos estagiários.

**6.12 A CONTRATADA deverá fornecer e manter sobre todo o período de estágio seguro contra acidentes pessoais em favor do estagiário, com cobertura de 24 horas/dia e 7 dias/semana.**

6.12.1 Cobrar da empresa de seguros e após encaminhar à CONTRATANTE certificado individual de cada estagiário no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias.

6.12.2 Emitir fatura de pagamento mensal que a CONTRATANTE deve pagar à CONTRATADA, e especificar nesta o valor referente à contribuição individual do estagiário e o valor individualizado por estagiário correspondente ao seguro contra acidentes pessoais fornecido pela CONTRATADA.

6.12.3 O seguro deverá ser contratado de maneira que a seguradora garanta o pagamento da indenização a cada segurado da seguinte forma:

- a) Morte acidental – R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);
- b) IPA – Invalidez Permanente por acidente – R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);

6.13 A CONTRATADA não poderá substabelecer as obrigações assumidas, sem a anuência expressa do TRE-ES.

6.14 A CONTRATADA deverá assumir, na hipótese de não prorrogação do contrato firmado com o atual agente de integração, os estagiários com Termos de Compromisso vigentes e dar continuidade ao que neles foi estabelecido, inclusive, contratar para cada estagiário assumido seguro contra acidentes pessoais coletivo.

6.15 A CONTRATADA deverá realizar o acompanhamento do estagiário, que consiste:

- a) Exigir dos estagiários a apresentação periódica de relatório de atividade de estágio e de avaliação de desempenho pelo seu supervisor;
- b) Avaliar os estágios realizados;
- c) Acompanhar, com periodicidade mínima de seis meses, a situação escolar dos estudantes que realizam estágio;
- d) Adotar providências nos casos em que seja verificada situação escolar irregular;
- e) Fiscalizar o encaminhamento pelos estagiários dos relatórios de atividades devidamente preenchidos à instituição de ensino;
- f) Providenciar Aditivo ao Termo de Compromisso sempre que houver alguma alteração de cláusula.

6.16 Deverá controlar e informar ao TRE-ES os vencimentos dos Termos de Compromisso de Estágio, com pelo menos 60 dias de antecedência, para as providências de substituição ou prorrogação.

6.17 Providenciar, no momento da prorrogação do Termo de Compromisso de Estágio, o Aditivo ao Termo e os documentos necessários, como o histórico escolar, a declaração de matrícula na instituição de ensino, os relatórios de estágio, entre outros.

6.18 Acompanhar e prestar assistência aos estagiários e a seus familiares nos casos de sinistros, conforme previsto em apólice de seguro firmada em favor do estagiário.

6.19 Prestar orientação quanto a aspectos técnicos, jurídicos e pedagógicos do estágio.

6.20 Informar e orientar, sempre que solicitado, às unidades do Tribunal (chefias e supervisores de estágio) sobre procedimentos, temas relevantes, posturas institucionais e operacionais relativas ao programa de estágio, por meio de reuniões, encontros ou palestras.

6.21 Informar nome, telefone e e-mail da pessoa para contato durante a vigência do contrato.

6.22 Prestar os esclarecimentos de que forem solicitados pela fiscalização da CONTRATANTE.

6.23 Respeitar o código de conduta ético-profissional e executar os serviços contratados nos mesmos padrões da assistência dispensados aos seus clientes particulares.

6.24 Responsabilizar-se pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, em decorrência dos serviços executados.

6.25 Aceitar, sem restrições, a fiscalização por parte da CONTRATANTE no que tange ao fiel cumprimento das condições e cláusulas pactuadas.

6.26 Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados, providenciando a correção de toda e qualquer falha que porventura ocorra, sem prejudicar o Estágio.

6.27 Comunicar à CONTRATANTE qualquer alteração do quadro societário e/ou quadro de empregados que contrarie as disposições da Resolução CNJ nº07/2005 e alterações posteriores.

6.28 Manter durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.29 Proceder à assinatura digital do contrato ou aditivos em até 03 (três) dias úteis após a sua disponibilização no ambiente SEI do TRE/ES.

## **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

7.1 A CONTRATANTE deverá:

- i) realizar a fiscalização do contrato junto à CONTRATADA, designando supervisores, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, que acompanharão os estagiários em suas atividades;
- ii) disponibilizar espaço físico e os equipamentos necessários para o adequado desempenho das atividades pelos estagiários contratados;
- iii) realizar, mensalmente, o efetivo pagamento das bolsas e dos auxílios-transporte aos estagiários, bem como de eventuais compensações de recesso e de demais rubricas inerentes à folha de pagamento;
- iv) efetuar o pagamento à CONTRATADA no mês subsequente ao da realização dos serviços, até o 5º (quinto) dia útil seguinte ao atesto do documento fiscal.
- v) comunicar à CONTRATADA as oportunidades de estágio, dentro das áreas de interesse do Tribunal, conciliando, em conjunto com a CONTRATADA, suas condições dentro das exigências legais e das Instituições de Ensino;
- vi) assinar o Termo de Compromisso de Estágio;

- vii) receber os estudantes encaminhados pela CONTRATADA por meio dos supervisores designados, os quais fornecerão as orientações pertinentes às condições de realização do estágio, além de promover o acompanhamento, a supervisão e avaliação dos estagiários que estão sob sua supervisão;
- viii) controlar, por meio de seus supervisores, a assiduidade e a pontualidade dos estagiários;
- ix) informar à CONTRATADA, toda vez que ocorrer rescisão antecipada de qualquer Termo de Compromisso de Estágio, para as necessárias providências legais e interrupção de procedimentos técnicos e administrativos a seu cargo;
- x) prestar informações diretamente relacionadas ao objeto do contrato, quando solicitado pela CONTRATADA;
- xi) elaborar a declaração comprobatória de realização do estágio, quando solicitada;
- xii) contratar empresa de saúde e medicina do trabalho para a emissão de Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) admissional e de desligamento aos estagiários;
- xiii) divulgar em seu sítio eletrônico os Editais dos Processos Seletivos de Estágio elaborados pela CONTRATADA, e seus respectivos resultados.
- xiv) acompanhar e fiscalizar a prestação de serviços pela CONTRATADA;
- xv) realizar o pagamento a CONTRATADA após prestação do serviço contratado;
- xvi) comunicar à CONTRATADA as falhas detectadas;
- xvii) promover a análise para fins de autorização da solicitação prevista no item 7.4;
- xviii) prestar orientação geral aos estagiários.

7.2 Os valores devidos à CONTRATADA pelos serviços prestados serão calculados por estudante em estágio no mês.

7.3 Em caso de ocorrência eventuais imperfeições na execução dos serviços, a CONTRATADA será notificada para proceder às devidas correções no prazo de 02 (dois) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades prevista no Edital de Licitação.

7.4 O contrato será acompanhado e fiscalizado, por meio da Secretaria de Gestão de Pessoas, órgão que orientará à CONTRATADA quanto à elaboração dos Editais de Processos Seletivos para a contratação dos Estagiários.

7.5 Definir a modalidade que será utilizada no processo seletivo.

7.6 Aplicar as penas cabíveis em caso de descumprimento do contrato.

## **8. DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

8.1 O contato entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA será mantido, prioritariamente, por intermédio da fiscalização;

8.2 A fiscalização, o acompanhamento e a orientação relativos à prestação dos serviços ficarão a cargo de servidor ou comissão de servidores lotados na unidade de estágio de estudantes do TRE-ES.

8.3 Sendo designado um servidor para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, outro será designado para atuar como substituto nos afastamentos e impedimentos legais do titular.

8.4 Serão atribuições do Gestor do Contrato:

- a) Acompanhar e Fiscalizar a execução do contrato.
- b) Providenciar, mensalmente, após a conferência da regularidade, as medidas necessárias para elaboração de folha de pagamento pela Unidade competente, que encaminhará ao setor financeiro para o fim de realização das ordens bancárias relativas aos auxílios dos Estagiários.
- c) Atestar, mensalmente, a fatura encaminhada pela CONTRATADA relativa à contribuição institucional e enviá-la à unidade competente para o repasse devido;
- d) Fazer as comunicações com o Agente de Integração;



e) Verificar o atendimento do limite máximo de tempo de estágio (1 ano prorrogável por até mais 1 ano).

## **9. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA**

9.1 Apresentar **Atestado de Capacidade Técnica**, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a licitante executado, satisfatoriamente, serviço de agente de integração de estágio de estudantes, sendo as parcelas de maior relevância: **o recrutamento e a seleção**.

9.2 Apresentar comprovante de **registro ou inscrição da licitante no Conselho competente, CRA ou CRP**, bem como **comprovar que possuem em seu quadro permanente** um profissional Administrador ou Psicólogo, tendo em vista que a CONTRATADA tem como uma das obrigações a seleção de estagiários.

9.3 Para fins de assinatura do contrato, mesmo que a licitante vencedora seja sediada em local diverso do ES, deverá apresentar a comprovação do registro da empresa e do profissional responsável pela seleção de estagiários no CRA-ES ou no CRP 16ª Região/ES.

9.4 Apresentar, para fins de **qualificação econômico-financeira, certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial**, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, que se encontre dentro do prazo de validade. Caso não haja prazo de validade especificado no documento, será considerado o prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua expedição.

## **10. DO PAGAMENTO**

10.1 O pagamento será feito de acordo com a quantidade de estagiários contratados durante o mês.

10.1.1 Juntamente com a Nota Fiscal dos serviços a CONTRATADA deverá apresentar relatório dos estagiários contratados durante o mês.

10.2 O procedimento de pagamento da Nota Fiscal/Fatura só se efetivará após o ateste do documento fiscal e mediante a comprovação da regularidade fiscal, administrativa e trabalhista da CONTRATADA.

10.3 O pagamento será efetuado, mediante depósito em conta corrente, até o 5º (quinto) dia útil após a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado pelo fiscal contratual, não havendo nenhum fator impeditivo provocado pela CONTRATADA, obedecida a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 5º da Lei nº 8.666/93.

10.4 O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a CONTRATADA efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente, no que se refere a retenções tributárias.

10.5 O documento fiscal apresentado por ocasião do pagamento deverá ser, obrigatoriamente, emitido pelo mesmo estabelecimento habilitado no procedimento licitatório.

10.6 Havendo erro no documento fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquele será devolvido à CONTRATADA pelo gestor da contratação e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras.

## **11. DAS PENALIDADES**

11.1 Pelo atraso injustificado na execução do processo seletivo ou na formalização dos Termos de Compromisso de estágio, a CONTRATADA sujeitar-se-á ao pagamento de multa diária no percentual de

**0,5% (meio por cento) incidente sobre o valor mensal do contrato, até o 20º (vigésimo) dia de atraso, podendo atingir o percentual de 10% (dez por cento).**

11.2 Pelo atraso injustificado na entrega e/ou na regularização da documentação para pagamento, conforme previsto no item 6.9, a CONTRATADA sujeitar-se-á ao **pagamento de multa diária no percentual de 1% (um por cento) incidente sobre o valor mensal do contrato.**

11.3 Pela não contratação de seguro em favor do estagiário, prevista no item 6.12, acarretando o atraso no início do estágio, a CONTRATADA sujeitar-se-á ao pagamento de multa no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato.

11.4. **Pela não manutenção de seguro em favor do estagiário**, prevista no item 6.12, a CONTRATADA sujeitar-se-á ao pagamento **de multa no percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor mensal do contrato.**

11.5 Pela **anulação de processo seletivo em decorrência de quebra do sigilo e segurança**, a CONTRATADA sujeitar-se-á ao pagamento de **multa no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato**, resguardados eventuais direitos indenizatórios por parte dos beneficiários.

11.6 Pela inexecução total ou parcial do objeto, a CONTRATADA sujeitar-se-á ao pagamento de multa correspondente a **30% (trinta por cento) sobre o valor correspondente ao período inexecutado.**

11.7 Pelo descumprimento de qualquer outra obrigação, a CONTRATADA estará sujeita à multa no valor de **0,5% (meio por cento) por ocorrência, ou por dia,** conforme o caso, calculada sobre o valor mensal do Contrato.

11.8 As penalidades acima não excluem as previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93 e no art. 49 do Decreto nº 10.024/2019.

11.9 A aplicação das multas previstas não exige a CONTRATADA de reparar eventuais danos, perdas ou prejuízos que o seu ato punível venha a acarretar à Administração.

11.10 Os valores das multas porventura aplicadas serão descontados dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à CONTRATADA ou cobrados judicialmente.

11.11 As sanções porventura aplicadas pela Administração serão registradas no SICAF, em conformidade com as disposições do §2º do art. 49 do Decreto nº 10.024/2019.

11.12 A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da CONTRATADA, na forma da Lei nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo).

11.13 Para efeito de aplicação de penalidades, a contagem dos prazos inicia-se a partir da data do recebimento, pela CONTRATADA, da comunicação expedida pelo setor competente do TRE/ES.

## **12. DA VIGÊNCIA**

12.1 A vigência do Contrato será de 12 (doze) meses a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses.

12.2. O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, no interesse da Administração, sem ônus, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias.

## **13. DA ALTERAÇÃO**

13.1 O Contrato poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer dos fatos e na forma estipulada pelo art.65, da Lei nº 8.666/93 e demais alterações posteriores.

#### 14. DO VALOR ESTIMADO

14.1 O valor estimado para a presente contratação é de R\$ \_\_\_\_\_, composto pelos seguintes valores:

DESCRIÇÃO	QUANT. ESTIMADA	VALOR UNIT. ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
Prestação de serviços de Agente de Integração por estagiário	1080		

#### 15. CONDIÇÕES PRÉVIAS À ASSINATURA DO CONTRATO

15.1 Possuir posto de atendimento funcionando em dias úteis e em horário comercial, para assessoramento técnico dos trabalhos de convocação, contratação e acompanhamento dos estagiários.

#### 16. DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 Não poderão participar como licitantes:

- Empresas que possuam em seu quadro, empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade e até o 3º grau, inclusive, de ocupante de cargo de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE/ES, nos termos da Resolução CNJ nº 07/2005 e alterações posteriores;
- Empresas que possuam em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargo de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, nos termos da Resolução CNJ nº 07/2005 e alterações posteriores;
- A vedação constante do item anterior se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores da incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como as licitações iniciadas até 06 (seis) meses após a desincompatibilização;
- Havendo alteração no quadro societário e/ou no quadro de empregados que contrariem o disposto na Resolução CNJ nº 07/2005, essa deverá ser imediatamente comunicada a este TRE/ES para as providências julgadas cabíveis;
- A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo TRE/ES, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório.

16.2 O(s) servidor(es) responsável(is) pela fiscalização do contrato informará à Administração a ocorrência reiterada de descumprimento contratual, podendo ensejar a rescisão do contrato, assegurado o direito de defesa à CONTRATADA.

16.3 A Administração do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo decidirá acerca das questões relativas a incidentes que se fundamentem em caso fortuito ou força maior.

Sayumi Felix Takahata  
Gestora Contratual

Felipe Fernandes Pezzin  
Técnico Judiciário

Jackson Vulpi  
Chefe da Seção de Gestão de Desempenho